

5

Considerações Finais

Esta dissertação buscou mergulhar no universo de adolescentes que vivenciavam a gravidez. O objetivo era trazer as narrativas das jovens para através delas traçar uma reflexão sobre a temática que fosse mais condizente com a realidade das mesmas.

Observamos nesse processo que a própria idéia do que seja uma gravidez na adolescência merece ser objeto de reflexão, visto que existem muitas “adolescências”, assim como também são muitas as gravidezes nesta fase. De qual adolescência estamos falando quando nos referimos a esta temática? E de qual experiência com a maternidade? Essas perguntas nos levaram a aprofundar o estudo das visões que vão de encontro com o olhar unilateral que é difundido pelo *status quo*. Que olhar é esse? Como vimos, há uma crença de que a gestação protagonizada por esses grupos representa um evento de risco do ponto de vista médico e psicológico. Esse discurso nos levou a procurar pistas que possibilitassem (re)construir os sentidos em torno desta “verdade”.

Durante a trajetória desta pesquisa contactamos as jovens participantes e neste percurso houve adolescente que questionou porque se incluía nesta classificação:

Antes de iniciarmos nossa conversa Fátima (18 anos) diz que gostaria de tirar uma dúvida comigo. Respondo prontamente que sim. Ela pergunta: porque a minha consulta foi marcada para este dia? No primeiro dia que estive na maternidade me disseram que esse dia era para atendimentos de adolescentes ou gestantes de risco, mas como é a minha primeira consulta como sabem se é de risco? Respondo: Você foi direcionada para este dia porque é adolescente. Fátima questiona: mas porque eu sou adolescente? Fico alguns segundos em silêncio, pensando em como responder tal indagação, destaco que achei muito interessante o seu questionamento, mas acabo tentando explicar que a maternidade organizava os atendimentos de acordo com os critérios etários da Organização Mundial de Saúde, mas eu também não estava convencida disso. (diário de campo, 23/11/2010)

Esse episódio enriqueceu minhas reflexões sobre a pluralidade de experiências da gravidez considerada “precoce”. É preciso lembrar que se olharmos a adolescência apenas como um período de investimento na escolarização a fim de possibilitar a inserção no mercado de trabalho realmente um gestação neste período pode ser percebida como um “desvio”.

No decorrer do nosso trabalho, compreendemos que uma gravidez na adolescência pode ser planejada, assim como também inesperada. Os relatos das jovens demonstraram que a temática envolve diversos fatores, o que torna impossível explicá-la por um único critério de análise. Entretanto os documentos oficiais que norteiam a formulação de políticas públicas entendem a gestação nessa fase como um impacto negativo à saúde física e psicológica das jovens e da criança, desconsiderando as especificidades sócio-históricas que antecedem a situação de gravidez. É importante ressaltar que não refutamos em nosso trabalho as implicações médicas de uma gestação neste período, mas destacamos a forma como a ordem social se apropria dos discursos médicos para disseminar uma visão hegemônica sobre esta situação.

Vale pontuar, ainda, que a gravidez não acarreta, necessariamente, um dano de ordem econômica à gestante. Sustentamos a opinião que se baseia no pressuposto de que é primordial conhecer a realidade na qual o sujeito se insere para, assim, promovermos um outro olhar que (re)signifique estas experiências.

Incluimos também nestas observações mais um ponto que foi levantado: o fato da gravidez gerar impactos sobre a escolarização. Este parece não ser o único motivo que afasta os jovens das camadas populares do universo da escola. Sugerimos, neste caso, que outros elementos contribuem para a interrupção da vida escolar, como a necessidade de ajudar na renda familiar, por exemplo.

...

Em vista do que foi exposto até agora percebemos que o senso comum ainda é fortemente impregnado pela idéia equivocada que une gravidez e adolescência. Ideia esta que concentra sua visão nas consequências desastrosas de tal acontecimento para a vida das meninas. Consequentemente a isto, as políticas voltadas para este universo de pessoas são elaboradas de modo a controlar tal “problema”. Essa elaboração, por sua vez, não utiliza uma linguagem que envolve o jovem, fato que notamos durante a fala de Adriana (16 anos)²². Chegamos então em dois problemas centrais: o primeiro é o que envolve o conteúdo das políticas²³ direcionadas aos jovens em face à sua sexualidade e o segundo se inscreve no âmbito da participação desses jovens na elaboração destas mesmas políticas. A resistência, talvez, em incluir a participação dos adolescentes nas decisões sobre políticas que os beneficiem pode estar ligada, como já apontamos em outra oportunidade, ao desrespeito às experiências de vida dos mais jovens.

Nossa pesquisa nos levou a entender que para formular políticas públicas às vezes é necessário romper com “antigos modelos” para escrever um “novo contrato”. É preciso que os gestores públicos permitam-se ouvir para que o conjunto dos jovens indique as políticas públicas necessárias e que impactem resultando melhorias na qualidade de vida de todos ou de um maior número de pessoas.

Para fazer políticas públicas o Estado deve perceber as realidades através dos diversos olhares da sociedade. Estas não devem ter a duração de mandatos circunstanciais, mas a perenidade de ação de Estado, até que a alteração da realidade considerada indique novos rumos, nova visão comunitária.

²² Ver capítulo IV.

²³ A própria noção de “políticas públicas” carrega consigo a ideia de prevenção contra riscos a que a sociedade se expõe. “Políticas públicas”, geralmente, são definidas como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, com vistas ao bem coletivo. Elas podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e, como se verifica mais recentemente, com a iniciativa privada. Cabe ao Estado propor ações preventivas diante de situações de risco à sociedade por meio de políticas públicas. Não resta dúvida que diversas forças sociais integram o Estado. Elas representam agentes com posições muitas vezes antagônicas. Também é preciso ter claro que as decisões acabam por privilegiar determinados setores, nem sempre voltados à maioria da população brasileira.

Essas reflexões caminham na direção de uma valorização das múltiplas vozes que deveriam compor a formulação que qualquer política. Além disso, há que se oferecer mais aos jovens para que os mesmos disponibilizem de múltiplas possibilidades de escolha, ficando, dessa forma, a gravidez, como uma das opções, e não a opção possível de realização de um projeto de vida.

Ainda falando sobre políticas públicas gostaria de ressaltar a importância de um atendimento médico ampliado composto por equipes interdisciplinares. Embora, como já exposto, a pesquisa não tivesse a finalidade de comparar as duas instituições em que as entrevistas foram realizadas, destacamos o trabalho realizado no Hospital Maternidade da UFRJ. O serviço oferecido pela instituição as adolescentes e seus familiares se apresenta como um espaço enriquecedor tanto na elaboração de sentidos sobre a experiência da maternidade, mas, sobretudo constituindo-se como um espaço de reflexão e construção de projetos futuros. Neste sentido, destacamos que a experiência desta instituição pode oferecer elementos significativos para elaboração de políticas de atendimento nesta área.